

CARTA ABERTA À COMUNIDADE ESCOLAR DO IFMG CAMPUS AVANÇADO PONTE NOVA

Prezados estudantes, pais, responsáveis e demais membros da comunidade,

Os Docentes e Técnicos Administrativos Educacionais (TAEs) do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) *campus* avançado Ponte Nova comunicam à comunidade escolar que as categorias entraram em greve, por tempo indeterminado. O calendário acadêmico está suspenso desde 02 de maio de 2024, conforme decisão do Conselho Acadêmico, com as atividades consideradas inadiáveis/essenciais sendo mantidas. Tal adesão está inserida num movimento paredista de âmbito nacional deflagrado em 09 de abril de 2024 que, até o presente momento, conta com a adesão de ao menos 52 universidades federais e mais de 550 *campi* de institutos federais. A greve dos servidores públicos é justa, é um direito legítimo, amparado por lei, e uma conquista histórica dos trabalhadores.

Tomar a decisão de suspender as atividades é sempre muito difícil, sobretudo, numa instituição de ensino. No entanto, a greve é um remédio amargo necessário para chamar a atenção do governo e da comunidade para a situação de sucateamento das instituições federais de ensino (IFEs), em particular desde 2016. A partir da década de 1990, o Brasil vem adotando políticas econômicas neoliberais como se dogma fossem, causando uma profunda estagnação econômica e uma abissal concentração de renda. Estas políticas econômicas possuem os seguintes pilares: (i) diminuição dos investimentos sociais em saúde e educação através de políticas de austeridade fiscal; (ii) privatizações de empresas públicas e desregulamentação da economia; e (iii) predomínio de políticas fiscais e monetárias que privilegiam o setor financeiro em detrimento do setor produtivo da sociedade. O Estado brasileiro é hoje uma máquina de transferência de renda dos mais pobres para o topo da pirâmide social, aprofundando a histórica desigualdade e concentração de renda do país. Quem paga essa conta é o conjunto da sociedade que sente a precarização do trabalho e dos serviços públicos dia após dia. Neste sentido, o movimento grevista dos servidores da educação é uma das últimas fronteiras de resistência contra o desmonte dos serviços públicos essenciais para a população.

O IFMG possui uma estrutura *multicampi* que, atualmente, é composta por 18 unidades, das quais o *Campus* Avançado Ponte Nova faz parte. Desde o ano de 2016, o orçamento do IFMG tem sofrido constantes cortes orçamentários, passando de um patamar de 100 milhões de reais em 2015, para aproximadamente 50 milhões de reais em 2023. Esta queda nos valores para investimento e custeio afetam o dia a dia dos *campi*, comprometendo o financiamento das políticas de assistência estudantil, a

manutenção dos prédios, a manutenção e a aquisição de equipamentos, a melhoria/expansão da rede de internet e biblioteca, diminuindo os contratos de serviços terceirizados, além de comprometer as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O *campus* avançado Ponte Nova iniciou suas atividades no ano de 2014 e, desde então, tem se destacado pela qualidade do ensino e pela intensa produção em pesquisa e extensão. Ao longo desse período, desenvolvemos em torno de 106 projetos de extensão e 27 projetos de pesquisa de iniciação científica. Estamos construindo uma escola de excelência, atendendo um público diverso e oriundo das escolas locais e das cidades do entorno. Nossos egressos têm se destacado profissionalmente e academicamente nas melhores empresas e universidades do país. Buscamos, dia após dia, construir uma instituição pública, gratuita e de qualidade para todos.

Compreendemos que a construção de uma escola pública de excelência deve vir acompanhada de orçamento e condições de trabalho para tal. Estamos esperando há oito anos a possibilidade de mudança de tipologia para *Campus* e, desta forma, ampliar o número de cursos e matrículas. Acontece que o atual governo, contrariando as nossas expectativas, editou regras que praticamente inviabilizam a ampliação de nosso campus. Este é um outro fator de pressão que ponderamos ao aderir ao movimento paredista.

Sobre a questão salarial, também vivemos uma situação delicada. Os técnicos administrativos estão com os salários sem reajuste há sete anos! A defasagem salarial desta categoria chega a quase 50% neste período. Dentro do serviço público federal, os TAEs são a categoria com os menores vencimentos e uma maior rotatividade devido à baixa atratividade salarial e do plano de carreira. A situação dos vencimentos dos docentes também merece destaque. Os docentes das IFEs acumulam perdas salariais na ordem de 45% nos últimos seis anos. O atual governo ofereceu um reajuste linear de 9% para todos os servidores no ano de 2023, porém, muito aquém das perdas acumuladas no período. Para o ano de 2024, foi apresentada uma proposta de 0% de reajuste para os servidores da educação federal.

Muito além das questões salariais, o baixo investimento e a impossibilidade de ampliação do número de servidores tem causado uma sobrecarga de trabalho comprometendo a qualidade e a saúde física e mental dos servidores.

Compreendemos que os grandes diferenciais dos Institutos Federais para a oferta de uma educação de qualidade são: (i) oferta de cursos técnicos integrados; (ii) investimento em infraestrutura e (iii) carreira atrativa para técnicos e docentes. Com as políticas de cortes de gastos dos últimos governos e aprofundadas pelo atual, torna-se impossível atingir esses objetivos. O sucateamento das instituições públicas é um

projeto para a abertura de novas frentes de acumulação do setor privado de ensino. As grandes corporações privadas exercem pressão nos governos para defender seus interesses em detrimento de um projeto de construção de um ensino público de qualidade.

Entendemos que é impossível construir instituições que ofereçam serviços públicos de qualidade sem carreiras atrativas e estáveis. Educação não é mercadoria! Todos nós sabemos dos efeitos de uma greve para os alunos. No entanto, o maior impacto é o sucateamento lento e constante que impossibilita o desenvolvimento de nosso trabalho.

Destacamos as principais pautas de reivindicação:

- Revogação da Portaria nº 01, de 03 de janeiro de 2024 (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/MEC) que estabelece critérios para reavaliação de autorização de funcionamento das unidades de ensino com tipologia de Campus Avançado 20/13 dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
- Mudança imediata de tipologia de Campus Avançado em um Campus pleno (40/26), garantidas as condições estruturais e financeiras;
- Recomposição do orçamento e reajuste imediato dos auxílios e bolsas dos estudantes;
- Reestruturação das carreiras de técnicos administrativos e docentes;
- Reposição salarial dos servidores da educação federal nos últimos anos.

Estamos acompanhando as negociações, que se dão a nível nacional, e informaremos à toda comunidade quando tivermos notícias que alterem o quadro atual.

Por fim, gostaríamos de pedir o apoio de toda a comunidade do IFMG Ponte Nova, para que possamos ter celeridade nas negociações e atendimento de nossas reivindicações, as quais certamente terão consequências diretas na melhoria da educação federal e na vida de nossos alunos e suas famílias. Também gostaríamos de convidar a todos para participar das atividades que serão organizadas durante este período.

Ponte Nova, 15 de maio de 2024.

Servidores do IFMG *Campus Avançado* Ponte Nova

